## José Ferreira Gomes 6 de Abril de 2004

O governo anunciou a 6 de Abril os seus objectivos para recuperação até 2010 de parte do nosso enorme atraso; mesmo que sejam atingidos, ficaremos ainda muito aquém dos níveis actuais da grande maioria dos países da União Europeia. Um dos objectivos é reduzir a metade a perda de jovens no sistema educativo até aos 12 anos de escolaridade. É um objectivo ambicioso mas ainda insuficiente para nos colocar na média europeia actual. Chegaríamos perto dos 75%, o que nos colocaria acima dos 67% espanhois actuais mas abaixo dos 83% dos franceses. E todos os países, mesmo os mais avançados estão em movimento rápido. Acreditemos na capacidade de definir e manter estratégias para atingir estes objectivos, não esquecendo a melhoria da qualidade que terá de ser outra grande preocupação.

No ensino superior, não parece haver a mesma ambição! O objectivo assumido pelo governo é o de manter a despesa pública nos próximos anos, sempre abaixo do 1% do PIB. Na investigação científica, a despesa pública anda pelos 0,55% e não parece terem sido encontradas as condições para a aumentar e, muito menos, para a aumentar ao ritmo proposto pelo Conselho Europeu para atingir o benchmark de 1% em 2010 (acrescido de 2% de despesa privada). Mas há esperança! O contágio internacional é comum na política e agora mais acentuado dentro da União. Então, notando a dinâmica da generalidade dos países europeus, tenhamos esperança de que a ambição dos nossos políticos seja afectada. Acresce que o novo governo espanhol de José Luis Rodrigues Zapatero se propõe objectivos particularmente ambiciosos pelo que a nossa modéstia poderá tornar-se demasiado chocante e, pior, muito arriscada a médio prazo. Como poderá a Espanha subir a sua despesa pública com o ensino superior até aos propostos 1,5% em 4 anos e Portugal manter-se abaixo de 1% de um PIB que é substancialmente mais baixo? Não vai acontecer! Vamos sofrer algum contágio e ser obrigados a aumentar o esforço melhorando a qualidade e o apoio social aos estudantes.

Na investigação científica, a Espanha propõe-se subir também a despesa pública. Partindo de um nível superior ao nosso, propõe-se aumentar anualmente de 25% os gastos não financeiros de investigação e desenvolvimento. Também aqui o contágio internacional vai permitir que Portugal mantenha o crescimento e consolide o tecido de investigação e de inovação que construiu no último decénio. Temos os meios humanos para tal. Com boa disciplina e organização das agências de financiamento e de promoção (i) da investigação e desenvolvimento (a Fundação para a Ciência e a Tecnologia), (ii) do desenvolvimento experimental e de estímulo à inovação (a Agência de Inovação) e (iii) de promoção da cultura científica (a Ciência Viva) temos os instrumentos no terreno. Com um bem estabilizado sistema de avaliação, a produtividade científica tem exibido taxas de crescimento impressionantes nos últimos anos. Pena é que esta cultura de disciplina, de avaliação e de aposta nos mais eficazes não tenha sido ainda generalizada às outras sub-áreas de intervenção para gerar aí os bons resultados que ainda nos escapam. Com disciplina de gestão e com o apoio público apropriado poderemos fixar os nossos jovens talentos em Portugal e dar-lhes oportunidade para contribuirem para o relançamento do desenvolvimento económico e social. Depois de 600 anos de emigração, Portugal passou por uma década de imigração. Há sinais de que certos estratos sócio-profissionais terão já retomado a emigração. Todos temos de assumir a responsabilidade de criação de condições para que os nossos filhos encontrem em Portugal uma educação de alta qualidade e que possam aqui encontrar também oportunidades de realização profissional plena. Temos os meios humanos e financeiros para perseguir estes objectivos mas não devemos tomar o êxito como garantido. Outros em melhor condições de partida trabalham duramente para manter a sua posição relativa; só com esforço redobrado poderemos alimentar a esperança de recuperar o nosso atraso secular.